
Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul

*Gunter Axt**

Resumo

O presente artigo, a partir de pesquisa fundamentada sobretudo no arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre e no arquivo Borges de Medeiros, perscruta o perfil das relações existentes entre os membros da Igreja Positivista Brasileira no Rio Grande do Sul e o Governo do Estado, avaliando o grau de influência política e cultural dos mesmos ao longo dos governos de Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa Gonçalves e Borges de Medeiros.

Palavras-chave: positivismo, política, Estado do Rio Grande do Sul.

Um dos temas mais peculiares da cultura sul-rio-grandense certamente é aquele que diz respeito ao culto positivista e à influência política e cultural dos membros da Religião da Humanidade, entre nós. Para se ter uma idéia da especificidade da matéria, basta lembrar a existência de apenas duas capelas positivistas em todo o mundo: uma no Rio de Janeiro e outra situada em Porto Alegre, na Avenida João Pessoa. A historiografia sobre o Rio Grande do Sul tem sido unânime em destacar a importância desta presença junto às esferas decisórias do poder estatal durante a assim chamada República Velha, identificando o peso de sua influência sobre a conformação das nossas instituições republicanas. Entretanto, o perfil da relação política dos positivistas

* Consultor do Memorial do Judiciário e do Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

religiosos com a elite dirigente tem sido apresentado de forma a nem sempre detalhar alguns aspectos específicos atinentes aos eventuais pontos de contato e de atrito existentes entre estes termos.

Com a institucionalização do aparelho de estado por meio da Carta de 14 de Julho de 1891 e a vitória pelas armas em 1895, o vocabulário comtista, caro aos republicanos desde o surgimento do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1882, extravasou o grupo original e tornou-se referência para toda a classe política gaúcha. Assim, além de servir como “instrumento de exercício do poder”, tornou-se “um índice de participação ou de exclusão do poder” (BOEIRA, 1980, p. 39-41). Na Capital, em toda arenga de relevo, na Assembléia dos Representantes do Estado, nos relatórios governamentais ou nas cerimônias cívicas, a retórica positivista recheava o conteúdo e o estilo. No interior, manifestos públicos, impressos, relatórios e discursos costumavam ser inspirados nos conceitos veiculados pela *Federação* e pelos depoimentos oficiais. O próprio discurso opositor, endemoninhando o regime rio-grandense por ser exceção ao constitucionalismo brasileiro, reiterou sistematicamente a tese da *comitlândia* gaúcha (PEREIRA, 1923, p. 26), em cujas vagas bubuiou, aliás, a ciência política dos pósteros (AXT, 2002b).

Por seu turno, no contexto das guerras entre facções do PRR no interior do Estado, repetir o discurso partidário, de inspiração positivista, não apenas era uma maneira de construir a diferença em relação aos federalistas, apodados de “*monarquistas encapotados*” e adesos, como ainda era uma estratégia reivindicada pela situação local dominante para comprovar sua sintonia com o comando borgista e, por conseqüência, aprofundar o isolamento da corrente oposicionista.¹ Portanto, se a retórica positivista invadia todas as manifestações de Governo, torna-se imprescindível identificar o alcance efetivo das diretrizes comtistas e da ação do Apostolado sobre a vida política.

A Constituição de 1891 não espelhou uma correspondência automática do comtismo. Afinal, “os sistemas de idéias não guardam, no contato com o dinamismo e a diversidade da vida social, a coerência interna que buscam ou apregoam na inércia das páginas impressas” (BOEIRA, 1980, p. 34). Em 1904, o positivista religioso Carlos Torres Gonçalves afirmou, com clareza, que o comtismo de Castilhos “não pode ser confundido tal qual a nossa igreja o prega e o pratica”.²

De fato, a Constituição castilhista fugiu às orientações de Comte em diversos aspectos. Na concepção da Assembléia, primeiramente, Comte sugerira um órgão independente e estruturado a partir de eleições indiretas que contemplassem os estratos corporativos da sociedade. Mas Castilhos criou um parlamento esvaziado de competências legislativas e composto através de eleições diretas, indiferentes às corporações, cuja organização sequer foi incentivada

em seu regime. Além disso, ao contrário do que pensava Comte, Castilhos entendia que a renovação política deveria preceder à renovação mental e moral. Nessa base, aglutinou os poderes Legislativo, Judiciário, bem como a educação pública, em torno do Poder Executivo, promovendo o favorecimento da doutrina estatal em detrimento da livre expressão, o que mais uma vez contrariava o liberalismo comtiano, preconizador da livre expressão (RODRIGUEZ, 1980, p. 153).

Indícios de divergências dos positivistas em torno da Carta gaúcha medraram nos bastidores do processo constituinte. O Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, capitaneado por Demétrio Ribeiro, tentou influir sobre o anteprojeto constitucional elaborado por Castilhos através da sugestão de emendas que deveriam aproximá-lo mais das prescrições de Miguel Lemos (BOEIRA, 1980, p. 55). Mas apesar das divergências e da adaptação inexistente do comtismo por Castilhos, a proximidade dos positivistas ao centro do poder, especialmente após a Constituinte de 1891, tornou-se inequívoca. Esta sintonia vazava, sem dúvida, sob a forma de compensações mútuas. Os positivistas tornaram-se os mais ardorosos defensores ideológicos do regime castilhista, ao mesmo tempo em que foram brindados com posições-chave na administração estadual e na Assembléia. O confrade João Luiz de Faria Santos não trepidou em qualificar a Carta gaúcha como “a mais avançada do Ocidente”.³ O próprio Castilhos, em 1896, finalmente admitiu que devia ao positivismo “as principais políticas em que se baseia a Constituição”.⁴ Por esse modo, toda a tradição discursiva em defesa do constitucionalismo gaúcho tendeu a ser informada pelo influxo dos conceitos sistematizados pelo positivismo religioso.

Gozando de assento na administração pública, os mais destacados membros da igreja positivista serviam como legítimos *intelectuais orgânicos*.⁵ Discretos, muitas vezes abasteciam o discurso dos demais membros do governo, parlamentares e até mesmo algumas autoridades municipais. Poucas dessas lideranças políticas eram simpatizantes e menos ainda eram efetivamente engajadas na Religião da Humanidade. Mas diante da necessidade de pôr à prova o índice de inclusão no poder, a prédica comtista era freqüentemente ativada. Os positivistas articulavam certos elementos gerais da ideologia de governo, vertendo-os com freqüência para artigos e editoriais da *Federação*, ou para relatórios das secretarias e mensagens presidenciais. Tais elementos serviam de base para o debate jurídico mais específico estabelecido no Parlamento, especialmente no Congresso Nacional, já que à Assembléia, limitada a competências orçamentárias, vedava-se a discussão direta do regime constitucional. No Congresso Nacional, diversos foram os deputados que defenderam a Constituição castilhista, recorrendo tanto a argumentos genéricos quanto a observações mais técnicas (AXT, 2002).

Os positivistas religiosos, abrigados na Capela de Porto Alegre, transitavam pela Escola de Engenharia e pela redação da *Federação*. Mas era na Secretaria de Obras Públicas que se localizava o seu reduto de poder, na burocracia estatal.⁶ Nos primeiros anos da administração republicana, a instabilidade política refletiu-se no sobe e desce de funcionários de primeiro escalão, com constantes alterações de secretários e chefes de diretorias. Superado o período inicial, Castilhos reformou a administração, criando definitivamente a Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, em 1895. A Diretoria de Estatística foi deslocada para a Secretaria do Interior e surgiu a Diretoria de Viação. A nova repartição tinha *status* equivalente às diretorias Central e de Obras Públicas, Terras e Colonização, tendo por função responsabilizar-se pela execução das obras relativas aos meios de transporte e fiscalizar os serviços assinados ao poder público.⁷

A partir desse instante, o engenheiro positivista João José Pereira Parobé⁸ assumiu a SOP, permanecendo no posto até 1905, quando foi substituído por José Barbosa Gonçalves, simpatizante da doutrina e natural de Jaguarão, que assumiu conjuntamente a Secretaria da Fazenda, acumulando ambos os postos até fins de 1907, época em que chegou a ser lembrado por diversos correligionários de Borges de Medeiros para substituí-lo na presidência, em face da oposição intestina armada contra o líder e capitaneada por Fernando Abbott. A Diretoria de Viação foi enfeudada pelo engenheiro Faria Santos.⁹ Felizardo Júnior e Torres Gonçalves, também membros da Igreja Positivista, enfeixaram as outras diretorias. Os positivistas identificavam na engenharia uma disciplina estratégica para a transformação da sociedade. A maior parte dos membros ou simpatizantes da Igreja Positivista no Rio Grande do Sul era formada por engenheiros, entre os quais Castilhos figurava como exceção.

Desde o início do Governo Castilhos, os confrades renderam-lhe sincero apoio. Em 1890, por ocasião da cisão dimanada das articulações de Demétrio Ribeiro, confrade ligado à sede da IPB, no Rio de Janeiro, a maioria dos positivistas, sob determinação de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, permaneceu fiel a Castilhos.¹⁰ Em 1892, após a borrasca *governichista*, a direção da IPB conseguiu extinguir os Clubes Cooperadores Positivistas das cidades de Rio Grande e Porto Alegre, fundados em 1890, sob orientação de Demétrio Ribeiro. Assim, sob os auspícios do Rio de Janeiro, a propaganda positivista no Estado se circunscreveu à sede local da Igreja, cujo núcleo se organizou em torno de Felizardo Júnior, Carlos Torres Gonçalves e Faria Santos, abrigados na SOP (BOEIRA, 1980, p. 55; LEAL & PEZAT, 1997, p. 154). Por volta de 1897, Felizardo Júnior elogiava a atuação de Castilhos e lamentou, em nome dos positivistas de todo o País, a sua recusa em concorrer às eleições para a presidência da República.¹¹ Uma circular da IPB de 21 de maio de 1899

reafirmou a disposição dos confrades em prestar “ardoroso apoio ao eminente estadista rio-grandense”.¹²

Em 1904, Faria Santos regozijava-se em registrar que a doutrina positivista ia aos poucos angariando mais simpatia junto aos diretores da política regional,¹³ mas reconheceu que o aumento da esfera de influência do Apostolado suscitava confrontos.¹⁴ Referia-se especificamente à reação encabeçada por Fernando Abbott, que deslocou os deputados positivistas, entre os quais Juvenal Müller e Arthur Homem de Carvalho (AITA & AXT, 1996, p. 83), da Assembléia dos Representantes.¹⁵

Depois de afastados da Assembléia, em 1904, bem como depois da experiência de Faria Santos à frente da Intendência de Porto Alegre, em 1896, numa gestão eivada de atos polêmicos, os positivistas entenderam não mais assumir cargos políticos. Arthur Homem de Carvalho chegou a recusar a sua participação nas acirradas prévias eleitorais de 1907, argumentando que ao se filiar ao positivismo religioso tinha “se emancipado da metafísica da soberania popular”. Para o seguidor da Religião da Humanidade “a religiosidade positiva não pode ser conciliada com uma posição partidarista qualquer”.¹⁶

Logo em seguida, ao ser confrontado com o convite de Borges de Medeiros para assumir o comando da SOP, Faria Santos, submetendo-se à orientação de Teixeira Mendes, permaneceu na Diretoria de Viação, pois entendeu ter o cargo de secretário investidura política, e não meramente administrativa.¹⁷ O posto foi então ocupado, em princípios de 1908, por Cândido José Godoy, que a partir de 1910 acumulou a função com a de Secretário da Fazenda, permanecendo em ambos os cargos até janeiro de 1913, quando Borges de Medeiros reassumiu a chefia do Executivo e reformou o secretariado, chamando novamente Pereira Parobé para assumir a SOP. Em 1916, o influente Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, Protásio Alves, encampou a SOP. Mas com o início do novo quinquênio, Borges, em 1918, o posto foi preenchido por Ildelfonso Soares Pinto, que ali permaneceu até fins de 1924, quando o comando da secretaria passou a apresentar alta rotatividade, suspensa apenas com a assunção de Getúlio Vargas ao Governo, em janeiro de 1928. A julgar pela composição do comando da SOP, os positivistas passaram a perder influência a partir de 1916, e especialmente após 1924.

João Luiz de Faria Santos sustentava ser a função dos positivistas, através do “poder espiritual” inerente ao “sacerdócio”, contraponto necessário ao “poder temporal” dos cidadãos abastados e dos políticos, de forma a exercer um “papel fiscalizador” e inspirador sobre o governo.¹⁸ O positivismo os capacitaria, segundo ele, para essa posição estratégica por ser uma doutrina científica capaz de solucionar todos os problemas sociais que embaraçavam o progresso humano.¹⁹ Mas para isto deveriam abster-se dos cargos políticos, respeitando

o poder e a riqueza nas mãos em que se achassem, repudiando a sedição social, mas ao mesmo tempo evitando a submissão ao procurar promover uma aliança entre o proletariado e as classes conservadoras.²⁰

A divisão da sociedade em dois poderes, o espiritual e o material, cabendo aos integrantes do segundo grupo, na condição de detentores da riqueza, a manutenção dos membros do primeiro, para que esses pudessem exercer o “sacerdócio político”, é marcante em Auguste Comte e remonta, em época moderna, a Saint-Simon. A visão do “corpo social” enquanto uma “unidade funcional orgânica” também é característica da obra de Comte, para quem o governo e o “sacerdócio político” eram coisas diferentes: enquanto ao primeiro caberia o comando do organismo coletivo através do ordenamento jurídico, o segundo seria a mais elevada forma de poder, cuja expressão se daria através dos intelectuais (SOARES, 1998, p. 26; 55; 58).

O positivismo representaria, assim, um avanço diante do *laissez-faire* e do socialismo, pois ao mesmo tempo em que reconhecia a dependência da indústria às “leis naturais”, ou de mercado, ponderava acerca da função social da indústria, professando a evolução moral da sociedade, tarefa impossível, por outro lado, de ser incentivada pelo socialismo, que submetia tudo ao reconhecimento da eficácia do método político como um fim em si mesmo.²¹

O tema da função dos corpos sociais e do papel orgânico dos positivistas foi recorrente entre seus ideólogos. Cada segmento da sociedade, com efeito, teria uma função intrínseca, “circunscrita ao fim particular para que foram criados”. Às “massas” e às “classes conservadoras” estava reservado o labor, enquanto aos governantes cabiam obrigações intelectuais de interesse geral. Exorbitar tais limites seria incorrer em subversão:

Da grande multidão que forma a classe que se entrega à indústria do transporte, ferroviário ou marítimo ou terrestre, nada mais se pode exigir que o exercício dos atos peculiares ao ramo de atividade, devendo-se coibir as tentativas de desorbitação (sic.) como ameaçantes (sic.) manifestações de perturbação social; semelhantemente, do comércio, classe eminentemente conservadora, só nos é lícito esperar atividade tendente à colocação e distribuição dos gêneros nos mercados, segundo as exigências de procura. O contrário seria desenvolver em demasia a capacidade funcional de um órgão em detrimento de outro (CAMPOS, 1903: 12).

Para que este esquema “orgânico” funcionasse, esperava-se do governo força e energia para reprimir “o germe da desorganização”, e dos cidadãos a “subordinação”, que outra coisa não seria do que “a hierarquia organizada sobre a base do respeito à autoridade”. Afinal, “a liberdade (...), sob fascinadora aparência com que se nos apresenta, oculta perfidamente o deletério e corrosivo

germe de decomposição”.²² Assim, cumpre que paire sobre todos, como força dominadora, ou, antes, reguladora, a autoridade respeitada daquele que condensar, resumir e sintetizar as aspirações e sentimentos comuns (CAMPOS, 1903: 13; 77).

Aos poucos o conceito sobre a articulação destas esferas foi se clareando, bem como se metamorfoseando ao sabor das conjunturas. Especialmente a partir de 1905, difundiu-se, a propósito, uma interpretação dicotômica, segundo a qual a atividade industrial teria por fim “o bem material do povo”, princípio este oposto ao “industrialismo”, “que é a exploração da sociedade por meio da atividade industrial” para que alguns poucos satisfaçam seus “caprichos nababescos”, em prejuízo do bem estar geral e do progresso real da humanidade.²³ Os conceitos de “industrialismo” e “indústria social” eram aplicados à realidade de mercado conforme as conveniências governativas.²⁴ Diante disso, aprofundou-se a crença na faculdade interventora ao estado em alguns setores da vida social, pois o poder público “erige-se como a força de ponderação e equilíbrio de todas as energias fragmentadas.” O estado torna-se aqui “o regulador que disciplina as atividades sociais esparsas e isoladas e que, impedindo o seu entrecrocamento, dirige-se à convergência de esforços”: “tudo converge ao organismo do estado”.²⁵

Esta tese diferencia-se da idéia anterior a 1905, quando a “missão social do governante” seria “manter com energia a ordem pública e auxiliar com prudência o progresso industrial, respeitando escrupulosamente a liberdade individual”.²⁶ Este momento de inflexão coincide com o rechaço sofrido na composição da Assembléia dos Representantes, em virtude do dissídio partidário, e com a assinatura por Borges de Medeiros dos contratos de concessão de serviços públicos de transporte às companhias estrangeiras, que trouxe prejuízos aos projetos de Faria Santos para a navegação interior (AXT, 2001).

Em 1906, Faria Santos queixou-se a Borges de Medeiros criticando o chamado contrato Corthell, que concedeu direitos de exploração sobre o porto e a barra do Rio Grande à Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, responsável pelas obras de desobstrução da barra e dos canais interiores, bem como pela construção do porto marítimo. O Diretor de Viação da SOP demonstrou sentir-se desprestigiado, alegando que o Contrato Corthell absorvera o seu projeto de desobstrução dos canais interiores. Transbordando em humores xenófobos e nacionalistas, Faria Santos argumentou ser capaz de realizar o serviço com menores custos e insistiu que as intenções da companhia estrangeira prejudicavam interesses de capitalistas regionais, mormente aqueles dos setores de navegação.²⁷

Na prática, de fato, como se verificou mais tarde, a concessionária não tinha compromissos com o desenvolvimento da navegação interior. Pretendia

a concentração da atividade mercantil no porto de Rio Grande, articulando-a aos serviços ferroviários.

Por seu turno, o contrato que permitiu a unificação ferroviária assinado em 1905 com a Cie. Auxiliaire de Chemins de Fer também se revelou contrário aos interesses defendidos pelos engenheiros positivistas da SOP, pois muito antes de possibilitar a absorção do fluxo mercantil pela cidade de Porto Alegre, como desejavam aqueles, de forma a estender a hegemonia mercantil da Capital sobre a zona serrana e sobre a região fronteira, a companhia estrangeira aspirava concentrar em Santa Maria a atividade ferroviária, integrando-a diretamente ao porto de Rio Grande e aos mercados uruguaios (AXT, 2001).

Em 1908, entretanto, os positivistas comemoravam a mudança de rumo do Governo Estadual, que dava mostras de reconhecer seus argumentos. Quando Borges de Medeiros retornou ao Governo, em 1913, estava convicto dos prejuízos políticos e econômicos impostos pelos contratos de 1905 e 1906 sobre os projetos de desenvolvimento dos seus principais apoiadores, integrantes da fração de classe dominante dos financistas e mercadores urbano-litorâneos, os quais encontravam representação também na ação dos engenheiros positivistas da SOP. A partir daí, os positivistas, especialmente Faria Santos, jogaram papel estratégico na preparação dos projetos de encampação pelo estado das companhias concessionárias dos serviços de transportes (AXT, 2001).

Porém, este quadro estava longe de representar a vitória definitiva dos conceitos dos positivistas e a proeminência decisiva dos mesmos sobre os desígnios governamentais. O período áureo de expansão do positivismo religioso no Rio Grande do Sul ocorreu, aproximadamente, entre 1897 e 1910. Nesse intervalo, os vínculos dos dirigentes locais da Religião da Humanidade com o PRR se tornaram notórios. A propaganda religiosa tomou conta da *Federação* e espalhou-se pelo interior do Estado. Diversos adesistas buscavam o modismo cultural ou nutriam expectativas de conquistar vantagens do governo. Mas a rigidez dos cânones, ou o fracasso na obtenção de favores, afugentou muitos pretendentes. Por outro lado, ao usufruir influência e operar como uma espécie de “reserva moral da política castilhistas” (BOEIRA, 1980: 56-58), o positivismo religioso também podia tornar-se inconveniente, seja para aqueles que disputavam ascendência sobre o partido, seja para o próprio chefe político e administrativo, que, sem poder descartar a opinião dos confrades, certamente sentia-se desconfortável com a pretensão dos mesmos de fiscalização e orientação de seus atos. No interior, por sua vez, influentes lideranças – como o Cel. Ramiro de Oliveira, também afastado da Assembléia em 1904, mas premiado por Borges de Medeiros com a subchefatura de polícia para a região de Santa Maria – reclamavam ao líder do partido da interferência inconveniente de alguns positivistas nos assuntos partidários locais.²⁸

As relações dos apóstolos com Borges de Medeiros eram de tolerância. Logo após a morte de Castilhos, admitiam a informação do herdeiro sobre a doutrina, mas qualificavam-no pela sua tibieza de caráter e “vulnerabilidade à politicagem reinante”.²⁹ Para Torres Gonçalves, o republicanismo rio-grandense cindia-se entre “o governo fraco” dos sucessores leais a Castilhos e a “hipocrisia” dos que lhe tinham votado amizade em vida e que agora se convertiam em “malsinadores de sua obra”, em uma clara referência aos dissidentes articulados em torno de Abbott.³⁰ A interferência de Abbott na composição da chapa para a Assembléia dos Representantes nas eleições de 1904 não era perdoada pelos positivistas, que identificavam também no episódio a fraqueza política de Borges.

Ainda que se conformassem com a lealdade de Borges a Castilhos, o afastamento em relação à nova liderança parecia desenhado. Em 1906, num momento de desprestígio junto aos políticos do PRR, reclamaram da ausência de Borges de Medeiros na cerimônia de homenagem ao passamento de Castilhos, junto ao seu túmulo.³¹ Pela mesma época, abriu-se rota de colisão com o redator-chefe da *Federação*, Evaristo do Amaral,³² muito embora este tenha figurado nas listas de contribuintes ao Apostolado até 1903.³³

A borrasca que se anunciava desde a morte de Castilhos finalmente obumbrou os horizontes. Tendo acumulado o comando do Estado e a direção do PRR, Borges arrancara, em 31 de outubro de 1903, à Assembléia dos Representantes, através de uma moção encaminhada pelo Deputado João Vespúcio, uma declaração de apoio irrestrito.³⁴ Porém, setores descontentes do partido não tardaram a reagir à concentração de poder. A oportunidade se ofereceu por ocasião da sucessão presidencial. Durante o primeiro semestre de 1907, antigos companheiros de Júlio de Castilhos desencadearam a insurgência e arremeteram-se em torno de Fernando Abbott (AXT, 2001b).

A mudança dos ventos adregou novamente os confrades em posição privilegiada no círculo do poder. Inimigos de Abbott, poderiam se tornar bons aliados de Borges. Assim, as romarias ao túmulo de Castilhos, em 1907 e 1908, foram bastante prestigiadas. A *Federação* experimentou um renascimento do espírito doutrinário. As referências aos cultos e cerimônias da Religião da Humanidade também podiam ser acompanhadas mais amiúde no hebdomadário oficial. A posse do novo presidente do Estado, em 25 de janeiro de 1908, se deu em meio à expectativa favorável do Apostolado. Os irmãos Barbosa Gonçalves eram naturais de Jaguarão, assim como Faria Santos, Homem de Carvalho e Torres Gonçalves. A correspondência enviada por Faria Santos a Borges de Medeiros, antes de 1907, indicava que o grupo costumava agir em conjunto na pressão em favor de protegidos.³⁵ Às vésperas da posse, Carlos Barbosa Gonçalves confidenciou a Faria Santos: “não sou positivista, e

creio que nunca o serei, no sentido rigoroso do termo. Não obstante, pelo pouco que aprendi de sua doutrina, mais bem ouvindo que estudando, tenho por ela verdadeira simpatia”.³⁶ Faria Santos exultava.³⁷ O discurso de posse do novo presidente foi redigido por Homem de Carvalho, e Juvenal Müller foi conduzido à vice-presidência.

Mas em junho de 1908, Carlos Barbosa se confessou a Homem de Carvalho mal cercado pelos secretários que deveriam assessorá-lo, revelando seu descontentamento diante da manipulação política do chefe do partido, Borges de Medeiros. Os confrades concordaram com o juízo. Caracterizaram Godoy, que passara a chefiar a SOP, chamada entre eles de “nossa secretaria”, como um “tipo estreito, especialista, sem visão de conjunto, e sobretudo sem preocupações sociais”. Em Álvaro Batista, secretário da Fazenda, reconheciam o homem “ativo e enérgico”, mas o qualificaram como “uma figura pequenina e divergente”: “afastado pelo Castilhos”,³⁸ “Borges fê-lo agora secretário”.³⁹ Álvaro Batista permaneceu à testa da Secretaria da Fazenda por dois anos, quando foi substituído pelo titular da SOP, Cândido Godoy. Não demorou a que os confrades manifestassem ainda sua decepção para com o vice-presidente Juvenal Müller, positivista, cuja nomeação se dera por interferência deles mesmos. Consideraram suas “faltas” inaceitáveis, e “sem as atenuantes daqueles que desconhecem a doutrina”.⁴⁰

Ao final do quinquênio, Torres Gonçalves, em carta a Miguel Lemos, não mais se iludia: “sentimos bem o quanto é verdadeira a vossa observação de achar-se nossa fé exposta nesse Estado mais do que em qualquer outra parte do Brasil a confusões e equívocos da politicagem local dominante”. Quanto a Borges de Medeiros, a despeito de suas eventuais palavras elogiosas ao positivismo e das imagens de Comte expostas em seu gabinete, era definitivamente retratado pela “fraqueza de caráter”, estando “seus atos muito longe do ambiente criado por essas imagens”.⁴¹ Com efeito, em um depoimento de 1959, Borges de Medeiros – no momento em que retornava a freqüentar os cultos católicos, após longo distanciamento, segundo ele, imposto pelas demandas da vida pública – afirmou ser um equívoco a hipótese generalizada de sua adesão à Religião da Humanidade durante seu governo: “nada mais falso”, disse, “nunca entrei numa igreja positivista”.⁴² Torres Gonçalves concluiu admitindo que os políticos do PRR “mais nos odeiam do que nos amam”, mas se viam obrigados a tolerar os positivistas:

[Diante dos] antecedentes políticos desse Estado, resumidos na Constituição de 14 de Julho, fazendo, porém, consistir a aceitação, embora nominal, desse programa, em condição da conservação do poder, eles são levados a tratar-nos com contemplação, na esperança de conseguirem de nós, já que não podem obter o apoio partidário, pelos menos o silêncio.⁴³

Esta franqueza não transpirava, naturalmente, para além da correspondência interna da igreja. Faria Santos, o principal interlocutor dos positivistas junto a Borges de Medeiros só tinha preitos de admiração ao líder gaúcho, muito embora não se furtasse a criticar certas medidas que contrariavam seu entendimento sobre os melhores rumos a serem seguidos pelas políticas públicas quando achasse necessário, como se viu. A repulsa aos cargos eletivos ou de comando não significava abandono da vida política. Faria Santos atuou como uma espécie de pró-cônsul da IPB. Durante a quadra em que esteve na SOP, defendeu interesses de Jaguarão, sua cidade natal, indicou ao chefe nomes para ocuparem cargos públicos, ou então malsinou os inimigos da doutrina. Era amiúde atendido, pelo menos até o ano de 1910.⁴⁴

A partir de 1910, contudo, decresceu paulatinamente o interesse pela Religião da Humanidade. Felizardo Júnior faleceu em 1906, traduzindo um duro golpe na liderança do grupo. Desde então as reuniões passaram a ter lugar na residência de Faria Santos. Em 1910, deliberou-se pela construção da Capela de Porto Alegre, concluída apenas em 1928, consumindo boa parte dos recursos anteriormente destinados à propaganda, que, agora, naturalmente se enfraquecia. Além disso, as contribuições dos simpatizantes foram diminuindo e a influência dos confrades na *Federação* foi se tornando mais epidérmica; aos poucos, a folha oficial teve sua profundidade doutrinária corroída (LEAL & PEZAT, 1997, p. 157; BOEIRA, 1980, p. 58).

Portanto, os positivistas religiosos usufruíram influência direta sobre a administração pública, sobretudo a partir de 1892. Na sua maioria engenheiros, abrigaram-se na SOP, de onde vazavam o discurso doutrinário para a *Federação* e interferiam nos rumos das políticas estatais e nas nomeações para cargos públicos. O grupo tornou-se mais homogêneo quando a cúpula da IPB no Rio de Janeiro decidiu apoiar Castilhos, em detrimento de Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. A medida fortaleceu o segmento organizado em torno de Felizardo Júnior e Faria Santos e estreitou a aliança entre a elite dirigente e os positivistas, a tal ponto de eles defenderem publicamente a candidatura de Castilhos à presidência da República, em 1897.

Com a morte de Castilhos, em 1903, a relação simbiótica com o castilhismo entrou em crise e os confrades perderam espaço político. Por um lado, os positivistas passaram a admitir que sua fé não correspondia aos usos políticos que o castilhismo fizera da doutrina comtista. Por outro lado, os membros gaúchos da IPB, que não apenas ocupavam cargos na administração estadual, mas também preenchiam cadeiras eletivas e aspiravam ao aumento do raio de influência sobre gestões políticas municipais, começaram a sofrer forte oposição de lideranças partidárias, sendo, inclusive, desprestigiados pelo

próprio Borges de Medeiros, a quem qualificavam de fraco e com quem passaram a nutrir divergências quanto aos rumos das políticas públicas, especialmente no concernente aos princípios liberais voltados para a associação com o capital estrangeiro no setor de transportes. Remonta a esta conjuntura o fortalecimento entre os positivistas da idéia de um aparelho de estado interventor, marcando o distanciamento progressivo da concepção original de governo tipicamente liberal.

Todavia, os positivistas foram reabilitados politicamente em função da cisão republicana de 1907, quando dois setores do partido disputavam a herança do carisma de Castilhos. Não lhes foi difícil proceder à opção pelo projeto partidário de Borges de Medeiros, já que Abbott se constituíra em inimigo do grupo. Nesse momento, os positivistas foram importantes fiéis da balança para comprovar que a legitimidade estava ao lado de Borges de Medeiros, símbolo da *continuidade administrativa* do regime.

A conjuntura política favoreceu novamente a ascensão dos positivistas sobre a redação da *Federação*. Sobretudo em 1907 e pelo menos até 1910, a folha oficial foi um vibrante instrumento de propaganda doutrinária aplicada à prática governativa. Foi também veículo para difusão dos cultos positivistas. Durante o quinquênio Barbosa Gonçalves, os positivistas viram também algumas de suas idéias serem abraçadas pela elite dirigente, especialmente aquelas que estabeleciam acres críticas aos contratos de concessão dos serviços públicos de transportes às companhias estrangeiras, os quais, na sua opinião, confiscavam a margem de soberania do governo estadual na implementação de certas políticas públicas de desenvolvimento, sobretudo as que pretendiam a expansão da hegemonia mercantil do segmento urbano-litorâneo sobre as demais regiões do Estado. Em contrapartida, os rumos da política, conduzida nos bastidores por Borges de Medeiros, presidente do Partido, logo lhes fugiram das mãos, aumentando progressivamente a decepção dos confrades para com as lideranças regionais.

Em meados do Governo Carlos Barbosa Gonçalves, os dirigentes da IPB admitiam sua decepção em relação aos usos políticos aos quais sua doutrina achava-se exposta no Rio Grande do Sul. Contribuiu para isto a revolta dos positivistas frente à ação de alguns membros do governo indicados por Borges de Medeiros, bem como o apoio do PRR à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, caracterizada como “retrogradação militarista”.⁴⁵ Aderidos, ainda que discretamente, ao argumento civilista – que apesar do ambiente desfavorável ganhou algum volume no Rio Grande do Sul (FRANCO, 2000) – foi sobre os positivistas lançada a pecha de insubordinação. De resto, o eclipse do grupo de Jaguarão, que terminou lançando Carlos Barbosa

Gonçalves na dissidência, após o retorno de Borges de Medeiros ao governo estadual, em 1913, contribuiu ainda mais para o isolamento político do Apostolado.

Com efeito, iniciado o novo Governo Borges de Medeiros, estabeleceu-se uma relação salobra. Os positivistas continuavam úteis à elite dirigente na medida em que atestavam a legitimidade do regime, aprofundando a retidão dos herdeiros do carisma de Castilhos. Sobretudo, foram importantes na formulação do discurso ideológico justificador das encampações do porto e da ferrovia, de 1919 e 1920, respectivamente. Continuaram ainda usufruindo certa ascendência sobre as políticas estatais e sobre a nomeação e indicação de cargos públicos. Porém, concretizadas as encampações, nenhum deles foi chamado para organizar os serviços estatais (AXT, 2001).

Assim, após a consolidação institucional do regime, o terreno fértil à atuação dos membros da IPB foi amanhado pela demanda por um discurso ideológico capaz de enfrentar as crises de hegemonia, que demandaram suporte à reflexão sobre o papel do governante e do estado, na sociedade. A partir de 1908, e especialmente a partir de 1913, foram também chamados a contribuir na estruturação do discurso intervencionista, que informou as encampações. Além da condição de *Guardiães da Lei*, a influência política dos positivistas era possibilitada em função de seu posicionamento privilegiado na estrutura burocrática estatal, bem como em virtude da sua inserção na rede de compromissos coronelísticos, cujas tramas potencializavam aquela influência, mas também a limitavam. Com a morte de Castilhos, sofreram perseguição das estrelas do PRR, encabeçadas por Fernando Abbott. Foram reabilitados por força da disputa pelo poder estadual, em 1907, e graças ao alinhamento com o Grupo de Jaguarão, cujo eclipse, pouco depois, entretanto, traduziu novo esgarçamento da ascendência religiosa sobre o governo.

Por sua vez, a idiossincrasia do poder local escapava à pretensão de controle racional acalentada por parte dos positivistas. Frequentemente recebendo o rechaço como resposta a sua ação evangelizadora, encarnada em seguidores locais dos desígnios de Comte, ou aglutinada nas repartições burocráticas cuja presença no interior do Estado pretendiam afirmar, os positivistas da SOP eram fisgados no contrapé. Quando o borgismo se fortaleceu, em 1913, foram progressivamente relegados à condição de burocratas, com certa influência, mas distantes daquela almejada promessa de fiscais inspiradores da ação governativa. Depois das encampações, sua estrela se apagou.

Num sistema institucional que tinha por fundamento a divisão política, e a conseqüente exclusão da oposição ao regime sustentado pela Carta autoritária de 1891, onde as tentativas de reversão do quadro de compressão podiam

gerar instabilidade funcional, ganhava relevo a figura dos intelectuais orgânicos, produtores e difusores da ideologia. Como *Guardiões da Lei*, constituíam-se numa espécie de reserva moral, à qual até o próprio chefe de um Poder Executivo hipertrofiado tinha de recorrer em momentos de crise. Disso não decorre uma derivação automática do discurso ideológico oficial em relações de poder, ou vice-versa. Tampouco se pode prismar a permanente oposição entre esses dois termos. Os *Guardiões da Lei* promoviam uma representação simbólica que operava como fator legitimador do poder e justificador das práticas governativas. Na construção de um tipo ideal, essa representação atendia às razões de estado, ajudando a cimentar a hegemonia do *bloco histórico*, ou seja, a aliança de frações de classe dominante com a elite dirigente que dominou o período. Mas sob a doce epiderme da coerência discursiva, fermentavam as contradições das relações de poder, traduzidas numa representação, ao mesmo tempo ordenadora, mascaradora e reflexo daquelas relações.

Em vista do exposto, depreende-se que, embora significativa durante um período de tempo específico e em certas questões pontuais, a influência dos positivistas religiosos na determinação dos rumos políticos do estado e na conformação das opções em torno das políticas públicas foi bem menos expressiva do que normalmente costuma supor a historiografia sobre a República Velha no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, as relações tensas e oportunistas que se estabeleceram entre os membros da IPB e a elite dirigente gaúcha indicam que os governos do PRR foram muito menos “positivistas” do que se supôs.

O principal ponto de convergência entre os positivistas religiosos e a elite dirigente parecia ser a convicção na necessidade de fortalecimento do *poder infraestrutural* (MANN, 1984) do aparelho de estado. Enquanto para os membros da IPB a idéia de um estado forte e interventor tornou-se o melhor caminho para o desenvolvimento cultural da sociedade, para o borgismo o aumento da capacidade de controle logístico do estado sobre a imponderabilidade crispada de uma sociedade civil encharcada pela presença marcante do coronelismo localista era uma garantia de preservação do poder e de ampliação da margem decisória do governo. Em nome desta convergência de interesses, os positivistas defenderam publicamente um governo que criticavam a portas fechadas pelos seus equívocos políticos e conceituais.

Na prática, porém, o poder dos positivistas, baseado em seu capital simbólico e intelectual, ampliou sua influência política durante a época em que usufruiu proximidade a Júlio de Castilhos, o líder carismático vencedor da Revolução de 1893, e, mais tarde, pelo breve período em que Borges de Medeiros, enfraquecido, recorreu ao grupo de Jaguarão para sustentar o seu projeto político-partidário, grupo ao qual os positivistas articulavam-se como integrantes de uma rede de compromissos de feição tipicamente coronelista.

Quando Borges de Medeiros estruturou a rede de compromissos que lhe daria a necessária sustentação política e o grupo de Jaguarão perdeu capacidade de mobilização, os positivistas religiosos tenderam a ser tratados pelo centro do poder como burocratas, aos quais se recorria toda a vez que os interesses de governo assim reclamavam, mas cuja capacidade de sobredeterminação dos rumos da macro-política regional era pouco relevante.

Finalmente, importa registrar que a proximidade dos positivistas religiosos ao núcleo do poder no Rio Grande do Sul comprometeu a pureza do conceito comteano de *sacerdócio político*. Durante o período castilhista, a presença de positivistas junto à Assembléia dos Representantes confundiu-os com o conjunto da classe política regional. Sendo Castilhos referido como o *Patriarca da República*, o espaço do sacerdócio seria naturalmente constituído na proximidade com ele. Após as perseguições de 1904 e a recomposição com Borges de Medeiros, em 1907, os positivistas, alojados em importantes cargos da administração pública, valeram-se do conceito de sacerdócio político para contribuir na tarefa de legitimação ideológica do poder borgiano, associando-o à idéia de uma “continuidade administrativa” necessariamente oposta ao universo violento, imponderável e faccioso da política, no qual a “metafísica da vontade popular” e do sufrágio popular insinuar-se-ia como ameaça à estabilidade institucional. Mas à medida que Borges de Medeiros incorporava a capa do sacerdócio político ele mesmo, em que se convertia no herdeiro do carisma e no “árbitro dos conflitos sociais”, a função dos Guardiões da Lei, dos defensores da Carta de 1891 e da obra político-jurídica do Patriarca Júlio de Castilhos, era progressivamente esvaziada.

Referências bibliográficas

- AITA, Carmen e AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos: das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. 2. ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Corag, 1996. 228 págs.
- AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. 2001. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH, USP.
- _____. “Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista”. *Justiça & História*, v. 1, n. 1 e 2, Porto Alegre, Memorial do Judiciário, Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, p. 175-216. 2001b.
- _____. *Constitucionalidade debatida: a polêmica Carta Estadual de 1891. Justiça & História*, v. 2, n. 3, Porto Alegre, Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, p. 305-344. 2002.
- _____. Contribuição ao debate historiográfico concernente ao nexa entre estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistaborgista. *Méris: História & Cultura*, v. 1, n. 1, Caxias do Sul, Educ, p. 39-70. 2002.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (Orgs.) *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980.
- CAMPOS, Emílio de. *Júlio de Castilhos: sua ação política e social no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond. 1903.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: [s.x.].
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- _____. A resistência liberal. *Zero Hora*, Porto Alegre: RBS, 26 de novembro de 2000, p. 20. 2000.
- LEAL, Elisabete; PEZAT, Paulo. La propagande de la Religion de l’humanité dans le sud du Brésil. *Imprévue*, v. 1 e 2 “Itinéraires du Positivisme”. Montpellier: Université Paul-Valéry. 1997.
- MANN, Michael. The autonomou power of the state: its origins, mechanisms and results. In: *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 185-213. 1984.
- MENDES, Maralucia. Rodrigues. *Entre o saber e o poder: os políticos profissionais do governo castilhistaborgista (1891-1900)*. 1999. Dissertação (mestrado), UFRGS, PortoAlegre.
- MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Liv. Universal. 1892.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. 3. ed. Brasília: UNB, 1981.
- PEREIRA, Baptista. *Pela redenção do Rio Grande. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.
- PIANTA, Dante. *Personalidades rio-grandenses*. Porto Alegre. 1962.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (1980). *Castilbismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980.
- SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS. 1998.
- STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos – revolução e política*. Petrópolis: Vozes. 1991.

Notas

¹ O Coronel Genes Bento, Intendente de Canguçu, por exemplo, assim se expressava, em 1915, para desqualificar a ebulição divergente no seio do partido local: “Não há nesse embate criminoso a ânsia de uma idéia, de uma doutrina, de um princípio a defender, mas apenas um choque de indivíduos motivado por caprichos e exigências de origem meramente pessoais.” Em seguida, opunha a “unidade política” existente em torno de sua liderança local em benefício da “ordem” e da “disciplina”, aos “ódios e apostasias [...], senha dessas cruzadas, cujos legionários são bem conhecidos pelo seu passado político pouco honroso e edificante”. Mas em carta ao chefe, Borges de Medeiros, reconhecia estar a elevação dos impostos municipais, entre outros aspectos da administração pública, produzindo desconfortos. Carta de Genes Bento a Borges de Medeiros, Canguçu, 23 de abril de 1915, nº 1231, Arquivo Borges de Medeiros.

² Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, PoA, 23 de junho de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³ FARIA SANTOS, João Luiz de. *51ª Prédica Explicativa do Catecismo Positivista*. PoA, IPB, 1935, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁴ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Miguel Lemos*. PoA, 6 de setembro de 1896, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁵ Utilizamos o conceito de “intelectuais orgânicos” na acepção conferida por Gramsci (apud STACCONE, 1991: 69-115) para caracterizar aqueles indivíduos que, com ou sem vinculação político-partidária explícita, estão engajados na elaboração e difusão da “hegemonia” do “bloco histórico”, na medida em que se convertem em agentes articuladores da ideologia com a experiência prática de

dominação das “frações de classe” aliadas à “elite dirigente”.

⁶ A SOP foi criada pela Constituição de 1891, a partir da estrutura administrativa existente durante o Império e reformada por Castilhos nos primeiros anos da República. Desde 1856 funcionara uma Diretoria de Obras, reunindo as seções de arquitetura civil, de estradas e vias de comunicação e de pontes, canais, obras municipais, terras para colonização e catequese (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 122). Sua existência fora, no entanto, inconstante. Um ano após a criação, de acordo com o Regulamento de 21 de dezembro (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 124), a Diretoria de Obras foi extinta e as tarefas voltaram a ser distribuídas pelo presidente da província a funcionários de sua confiança, os quais reuniam-se em torno de um Conselho de Obras Públicas encerrado no âmbito da Secretaria de Governo. Em 1867, a Diretoria de Obras ganhara novamente autonomia, através do Ato nº 248 (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 125), sendo porém pulverizada em distritos, encarregados cada qual da fiscalização e execução das obras na sua região. A partir de 1876, o Ato nº 17 determinara que um diretor passasse a mediar a relação entre a diretoria e a presidência da província (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 127). Em 1884, o Ato 82-B regulamentara as funções da repartição, prevendo a criação de um plano geral de viação, e de uma carta geral da Província, e atribuindo-lhe a concepção e execução de projetos (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 128). No último dia de 1888, fora extinta a repartição, segundo a Lei 1.754 (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 128), e no dia 29 de dezembro de

1889, de acordo com o Ato nº 23, fora dissolvido o corpo de funcionários da ex-repartição. Durante os anos de 1888 e 1889, organizara-se uma Superintendência Geral das Obras Públicas (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 129), que se compunha de três diretorias: a de Terras e Colonização, a de Estatística e a de Obras Públicas (volume com a Legislação Imperial, Arquivo Histórico do RS, página 129). À Secretaria, conforme o Decreto n.º 11, de 20 de agosto de 1891, ficaram afetos os serviços de execução e fiscalização das obras públicas, medição de terras, organização da viação e os serviços de correios e telégrafos estabelecidos por sua conta (OSÓRIO, 1981, 3ª ed: 155).

⁷ Relatórios da Secretaria de Obras Públicas, de 1889 a 1895.

⁸ Republicano histórico, foi fundador da Escola de Engenharia de Porto Alegre e constituinte estadual de 1891. Para um informe biográfico sobre Pereira Parobé, ver PIANTA, 1962: 25.

⁹ Republicano histórico com passagem por vários cargos públicos onde exerceu a profissão de engenheiro. Ver PIANTA, 1962: 85; FRANCO, 1988: 369.

¹⁰ PAIVA, Arthur. Carta a Miguel Lemos. Porto Alegre, 4 de janeiro de 1892, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

¹¹ FELIZARDO Jr., Joaquim José. *Minuta de carta a Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, s/d, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

¹² APOSTOLADO Positivista de Porto Alegre. Circular de 21 de maio de 1899, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

¹³ O Senador Pinheiro Machado, por exemplo, inicialmente refratário à doutrina, desde 1901 lhe rendia apoio oficial. TORRES GONÇALVES, Carlos. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 13 de janeiro de 1901.

¹⁴ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 24 de janeiro de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

¹⁵ “Cartas políticas”. In: *A Opinião*, Canguçu, maio de 1904. Arquivo Borges de Medeiros, n. 1194.

¹⁶ Capela Positivista; Folheto nº 17, Porto Alegre, fevereiro de 1908, p. 8 a 11.

¹⁷ Capela Positivista, Folheto nº 18, Porto Alegre, abril de 1909, p. 6 a 8.

¹⁸ FARIA SANTOS, discurso de 1º de janeiro de 1902, p. 24-25, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

¹⁹ FARIA SANTOS, discurso de 14 de julho de 1900, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

²⁰ 49ª Prédica Explicativa do Catecismo Positivista, Porto Alegre, 1933, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

²¹ MÜLLER, Juvenal, Discurso de 8 de setembro de 1900, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

²² Quanta diferença nas definições dos ideólogos positivistas do regime castilhista diante daquelas lançadas na época da propaganda republicana. Júlio de Castilhos, para sublinhar a superioridade da República em relação à Monarquia, disse certa feita: “não há meia liberdade ou liberdade parcial; ela é uma e indivisível: a liberdade é um todo sistemático que, ou existe integralmente, ou não existe de forma alguma.” CASTILHOS, Júlio de. In: *A Federação*, Porto Alegre, 4 de abril de 1884.

²³ FARIA SANTOS, “Carta a Borges de Medeiros”, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1913. In: *A Federação*, Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1913.

²⁴ O conceito de que “o capital é social em sua origem” foi desenvolvido por Comte, justificando a importância do chamado “poder espiritual” dos intelectuais na administração

de princípios gerais em benefício da coletividade. SOARES, 1998: 57.

²⁵ CAMPOS, Emílio de. In: *A Federação*, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1905.

²⁶ FARIA SANTOS, João Luiz de. Porto Alegre, discurso de 15 de novembro de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

²⁷ “O que me traz à vossa presença é o desejo de contribuir para emancipar nossa pátria da opressiva tutela que sobre ela vai exercendo em progressão crescente o estrangeirismo que a explora. (...) O nosso governo (...) não deve preferir na execução das obras públicas estranhos aos nossos compatriotas, colaboradores da vossa administração e que pugnam pelo engrandecimento material de nossa pátria, porque amam-na e não unicamente pelos proveitos que dela podem auferir, como sucedem àqueles.” Doc. 04866 – Carta de Faria Santos a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 1º de maio de 1906. Arquivo Borges de Medeiros.

²⁸ “Tenho simpatias pelo positivismo, mas discordo na parte política do modo extravagante e até desfrutável do Carlos Nogueira, que é mais um maníaco do que outra coisa.” Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros, Santa Maria, 17 de dezembro de 1905, n.º 7816, Arquivo Borges de Medeiros.

²⁹ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 17 de setembro de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³⁰ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 16 de novembro de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³¹ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 21 de novembro de 1906, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³² FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 24 de novembro de 1906, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³³ FELIZARDO Jr., Joaquim José. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 10 de maio de 1903, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³⁴ Anais da Assembléia dos Representantes, sessão de 31 de outubro de 1903.

³⁵ Cartas de João Luiz de Faria Santos a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 26 de janeiro de 1904, n.º 04473; 25 de março de 1906, n.º 04846; 1º de maio de 1906, n.º 04866, Arquivo Borges de Medeiros.

³⁶ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 11 de dezembro de 1907, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³⁷ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 8 de janeiro de 1908, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

³⁸ Álvaro Batista, envolveu-se nos motins de 5 de novembro de 1890 em Porto Alegre, ao lado de Assis Brasil (MOURA, 1892: 23), e, apesar de perseguido pelo “patriotas governichistas”, precipitou-se na dissidência enquanto Castilhos esteve vivo, chegando a promover em São Borja um jornal oposicionista, chamado *A República*, juntamente com o irmão Homero e o ex-constituente Francisco Miranda (ESCOBAR, 1922: 69, 110). Em 1898, Castilhos, correspondendo-se com Aurélio Bittencourt, considerou Álvaro Batista “inimigo do nosso regime constitucional e inimigo da pior espécie...”. Os positivistas tinham ainda motivos concretos para detestá-lo, pois sua insistência em candidatar-se ao corpo docente da Escola de Engenharia, quase fez com que Castilhos retirasse o apoio presidencial à iniciativa de criação do instituto, encabeçada por João Simplício de Carvalho (MENDES, 1999: 107). Entretanto, depois da morte de Castilhos, Álvaro Batista foi reabilitado por

Borges de Medeiros, aceitando para isso ser instrumento, na condição de fiscal da União, do líder supremo na perseguição movida contra a Escola de Medicina, em 1907, em represália pelo conselho deliberativo do corpo docente ter aceitado recurso de um grupo de estudantes afastado da mesma por ligação com o Dr. Fernando Abbott, médico e candidato à sucessão presidencial. A intervenção estatal foi severamente repudiada pela classe médica, através de manifestos e matérias publicados pelo *Petit Journal*, *Gazeta do Comércio*, *Época* e *Correio do Povo*, determinando o recuo borgiano (*A Federação*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1907; ESCOBAR, 1922: 122).

³⁹ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 25 de março e 1º de junho de 1908, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁴⁰ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Teixeira Mendes*. PoA, 2 de julho de 1908, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁴¹ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Miguel Lemos*. PoA, 18 de junho de 1912, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁴² BORGES de MEDEIROS, Antônio Augusto. *"A minha crença religiosa"*. Porto Alegre, manuscrito, 19 de agosto de 1959. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 135, pp. 188.

⁴³ GONÇALVES, Carlos Torres. *Carta a Miguel Lemos*. PoA, 18 de junho de 1912, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

⁴⁴ Ver correspondência de Faria Santos a Borges de Medeiros (1902 a 1928), Arquivo Borges de Medeiros.

⁴⁵ TEIXEIRA MENDES, "Apostolado e Igreja Positivista do Brasil, contra a retrogradação militarista". In: *A Federação*, Porto Alegre, 15 de julho de 1910.